



**Texto para Discussão 006 | 2017**

***Discussion Paper 006 | 2017***

## **A Guerra de Todos contra Todos: A Crise Brasileira**

### **Eduardo Costa Pinto**

*Professor(a) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

### **José Paulo Guedes Pinto**

*Professor do Bacharelado de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC e membro do GAMA*

### **Alexis Saludjian**

*Professor(a) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

### **Isabela Nogueira**

*Professor(a) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

### **Paulo Balanco**

*Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA e membro do GAMA.*

### **Carlos Schonewald**

*Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do GAMA*

### **Grasiela Baruco**

*Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e membro do GAMA.*

This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

# A Guerra de Todos contra Todos: A Crise Brasileira

Fevereiro, 2017

## **Eduardo Costa Pinto**

*Professor(a) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

## **José Paulo Guedes Pinto**

*Professor do Bacharelado de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC e membro do GAMA*

## **Alexis Saludjian**

*Professor(a) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

## **Isabela Nogueira**

*Professor(a) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

## **Paulo Balanco**

*Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA e membro do GAMA.*

## **Carlos Schonewald**

*Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do GAMA*

## **Grasiela Baruco**

*Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e membro do GAMA.*

## Resumo

A incapacidade dos setores dominantes em controlar o “núcleo de poder” do Estado brasileiro tem gerado uma guerra de todos contra todos. Este artigo analisa a atual crise do capitalismo brasileiro em três dimensões interdependentes: acumulação, cena política e relação entre o bloco no poder e o Estado. Busca-se evidenciar como os problemas da acumulação capitalista e da cena política foram se avolumando e como ganharam um caráter de crise estrutural a partir dos efeitos da Operação Lava Jato. Argumenta-se ainda que a conexão dessa Operação com a grande mídia expôs, por meio dos vazamentos, a relação entre o Estado (e sua burocracia) e parte do bloco no poder do capitalismo brasileiro. Isso – somado ao aumento do conflito entre capital e trabalho, à problemas na realização e à crise internacional – desestruturou temporariamente as regras (expressas e tácitas) até então existentes da acumulação de capital no Brasil. Para que se restabeleça a ordem capitalista no Brasil os setores dominantes terão que (re)colocar suas regras, seja num formato novo ou (até) antigo.

**Palavras-chave:** Crise; Acumulação; Bloco no poder; Estado; Lava Jato

## Abstract

The inability of the dominant sectors to control the “power nucleus” of the Brazilian state has generated a war of all against all. This paper analyzes the current crisis of Brazilian capitalism in three interdependent dimensions: accumulation, political scene and the relationship between the power block and the State. We show how the problems of the capitalist accumulation and the political scene have been growing and how they have gained a character of structural crisis from the effects of Operation Car Wash (Lava Jato). It is argued further that the relationship between the Operation and the mainstream media exposed, through leaks, the relationship between the state (and its bureaucracy) and part of the power bloc of Brazilian capitalism. This – added to the increasing conflict between capital and labor, the problems of profit realization and the international crisis – has temporarily disrupted the (explicit and implicit) rules of capital accumulation in Brazil. For the capitalist order to be reestablished in Brazil, the dominant sectors will have to (re)place its rules in a new format or even in an old one.

**Keywords:** Crisis; Accumulation; Power Bloc; State; Operation Car Wash

**JEL:** H100, N40

# 1 Introdução

O capitalismo brasileiro atravessa uma de suas maiores crises. Uma crise que ocorre simultaneamente em três dimensões: (i) acumulação; (ii) cena política (sistema partidário, partidos e representação); e (iii) relação entre o bloco no poder e o Estado. A crise ganhou um caráter estrutural que tornou os atuais instrumentos econômicos e políticos disponíveis insuficientes para geri-la e debelá-la.

Nesse contexto de crise, as forças sociais (frações de classe do bloco de poder<sup>1</sup>, representantes da cena política e da burocracia estatal, classes médias e classe trabalhadora organizada e não organizada) não necessariamente atuam de forma articulada e muitas vezes movem-se por interesses imediatos dispersos em virtude da separação expressiva entre o “poder de classe” (bloco no poder) e o “poder de Estado”, conforme apontou Marx (2011) no *18 Brumário*.

Isso quer dizer que em situações críticas podem ocorrer rupturas temporárias nas relações (i) internas ao bloco no poder/setores dominantes, reduzindo momentaneamente sua capacidade de acumular capital, de dominar e conduzir os processos sociais; (ii) entre o bloco no poder e seus representantes da cena política; e (iii) entre o bloco no poder e o Estado e sua burocracia dos diversos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Nesses casos, abre-se a possibilidade para que certas forças sociais, desgarradas dos setores dominantes, que teriam pouca capacidade de controlar ou desestabilizar a ordem vigente, ganhem autonomia própria diante do bloco no poder e da cena política. Vale observar que essa é uma situação atípica e temporária no capitalismo, perdurando até o ponto em que a ordem é restabelecida, sob hegemonia de uma fração do bloco no poder.

Diante disto, este artigo pretende analisar a atual crise do capitalismo brasileiro mediante a consideração de três dimensões (acumulação, cena política e relação entre o Estado e

---

<sup>1</sup> A existência das frações capitalistas (pluralidade de capitais), numa dada formação histórica, constituída por determinadas instituições, não implica numa fragmentação do poder econômico e político do capital, mas sim em constantes movimentos de unidade/cooperação e conflito entre essas frações capitalistas (corporificados na dinâmica do bloco no poder) no plano das formações sociais. Nesse sentido, o bloco no poder é uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista (POULANTZAS 1977; PINTO, 2010; PINTO & BALANCO, 2014).

bloco no poder que são interdependentes). Busca-se evidenciar como os problemas da acumulação – fruto do aumento do conflito entre capital e trabalho, de problemas na realização e da crise internacional – e da cena política foram se avolumando e adquirindo um caráter de crise estrutural a partir dos efeitos da Operação Lava Jato – aparato institucional que investiga práticas de corrupção na Petrobras e em outros órgãos governamentais – que deslocou o “centro de poder”<sup>2</sup> do Estado brasileiro para suas mãos.

Essa megaoperação é conduzida por segmentos da alta classe média – juízes, procuradores e delegados federais (os aqui denominados weberianos messiânicos). Esta condução expôs as vísceras da relação entre o Estado e sua burocracia e parte do bloco no poder (frações de classe proprietárias de grandes corporações) do capitalismo brasileiro. Tais vínculos tem sido historicamente marcados por relações não republicanas envolvendo financiamento de campanha partidária, obras públicas e mudanças regulatórias em prol dos interesses capitalistas em suas relações com a cena política e o Estado.

É preciso alertar que esse tipo de relação entre o bloco no poder e o Estado não se restringe ao capitalismo brasileiro, pois sempre há uma relação intrínseca entre o bloco no poder, a cena política e o Estado; uma vez que este último (suas políticas e regulamentações) é um elemento intrínseco/endógeno ao processo de acumulação do capital e de dominação de classe por meio do binômio repressão/ideologia.

As especificidades da relação entre o bloco no poder e o Estado (maior ou menor grau de institucionalização) no Brasil, face aos países centrais, resultam das peculiaridades do processo de formação das classes e frações capitalistas e de constituição das suas conexões com o Estado no país. Isto não distingue radicalmente o capitalismo brasileiro

---

<sup>2</sup> Os aparelhos/órgão/instâncias que concentram a capacidade de decidir (“poder efetivo”) são os “centros de poder” do Estado. Na verdade, eles são o *locus* institucional onde as decisões fundamentais são efetivamente tomadas, inclusive sem nenhuma subordinação hierárquica a outra agência burocrática do sistema estatal (CODATO, 1997). Esses centros de poder do sistema estatal podem se modificar ao longo do tempo, bem como podem assumir uma maior ou menor autonomia relativa perante algumas frações das classes dominantes, numa dada conjuntura histórica, pois o seu poder não emana do fato de possuir uma força própria distinta do poder de classe (ao estilo weberiano), mas sim da sua relação no âmbito da luta de classe e de sua capacidade de decidir (CODATO & PERISSINOTO, 2001, p. 23).

dos demais, apenas o qualifica face a dimensões intrinsecamente locais do processo de formação capitalista.

Além da introdução, o artigo apresenta mais quatro seções. Na segunda, expõe-se os principais elementos da crise de acumulação em curso, fruto do aumento do conflito entre capital e trabalho, de problemas na realização e da crise internacional. Na terceira, descreve-se a crise política durante o governo Dilma, destacando as questões inerentes à economia política que impulsionaram o impedimento da Presidenta Dilma. Na quarta, analisa-se os efeitos da Operação Lava Jato – em seu consórcio com a grande imprensa – acerca da dinâmica política e econômica, procurando mostrar que há atualmente uma desestruturação temporária da relação entre o Bloco no poder e o Estado em virtude da criminalização completa dessa conexão, o que retroalimenta a instabilidade institucional e trava ainda mais a acumulação. Por fim, na seção cinco, procura-se alinhar algumas ideias a título de conclusão.

## 2 Crise de acumulação e bloco no poder: aumento do conflito entre capital e trabalho e problemas na realização

A crise econômica em 2015 pode ser ilustrada mediante alguns dados expressivos: retração do PIB em 3,8%; desmoronamento do investimento (FBCF) em 14,1% (R\$ 75 bilhões), sobretudo no setor público; aumento do desemprego nas regiões metropolitanas de 5,8% em fev./2015 para 8,2% em fev./2016; queda de 8% da renda real entre jan./2015 e jan./2016; e a significativa redução das taxas de rentabilidade de boa parte dos setores produtivos com - exceção do setor bancário-financeiro<sup>3</sup>. A acumulação de capital travou em 2015 e continuou travada em 2016.

Esta crise, bem como as menores taxas de crescimento do 1º governo Dilma (2,2% em média anual entre 2011-2014), pode ser explicada por dois fatores econômicos.

O primeiro decorre dos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira. A desaceleração econômica da China e o retorno de políticas de redução do déficit público na Europa e nos países da periferia provocaram sobressaltos na acumulação capitalista global em virtude da retirada dos componentes autônomos (gastos e investimentos públicos) da demanda mundial. Tal situação vem gerando dificuldades na realização do valor das mercadorias

Este cenário provocou uma reversão dos termos de troca do Brasil com o resto do mundo (queda de 21% entre 2011 e 2015), afetando negativamente a renda, o balanço de pagamentos (com a redução das exportações líquidas entre 2011 e 2014) e o câmbio. Este último em decorrência da pressão para sua desvalorização, funcionando como um dos elementos de pressão inflacionária, o que acabou dificultando a adoção de políticas monetárias e creditícias expansivas.

A piora do cenário externo (queda de preços e das quantidades demandas das *commodities*) também resultou na redução dos investimentos de um setor expressivo da

---

<sup>3</sup> Cabe observar que ocorreu a manutenção da lucratividade do setor bancário como um todo – dado o caráter oligopólico do setor em que 5 bancos dominam 80% do mercado. No entanto, bancos pequenos e médios apresentaram problemas e foram absorvidos pelos grandes bancos nacionais e internacionais – o ITAÚ comprou o BMG; o SANTANDER comprou o Bomssucesso; o China Construction Banco comprou o BIC Bank.

economia brasileira, qual seja, a indústria de *commodities* intensivas em capital (petróleo e gás, siderurgia, papel e celulose, mineração, etc.), que é um setor expressivo da economia brasileira.

O segundo fator refere-se a duas apostas equivocadas na gestão macroeconômica durante os governos Dilma, a saber: 1) a priorização do investimento do setor privado em detrimento do investimento da Administração Pública; e 2) o ajuste fiscal em 2015, que transformou o baixo crescimento em recessão.

A estratégia de gestão macroeconômica no primeiro governo Dilma, que se mostrou equivocado, esteve baseada em: dar estímulos (por meio de subsídios, da redução dos custos de energia, da desvalorização cambial, da ampliação das concessões em infraestrutura<sup>4</sup>, etc.) ao setor privado, sobretudo o industrial, para que alavancasse o investimento, substituindo a posição da administração pública na manutenção do nível dos investimentos. Esses estímulos estavam claramente alinhados com a agenda dos segmentos industriais brasileiros, especialmente a FIESP.

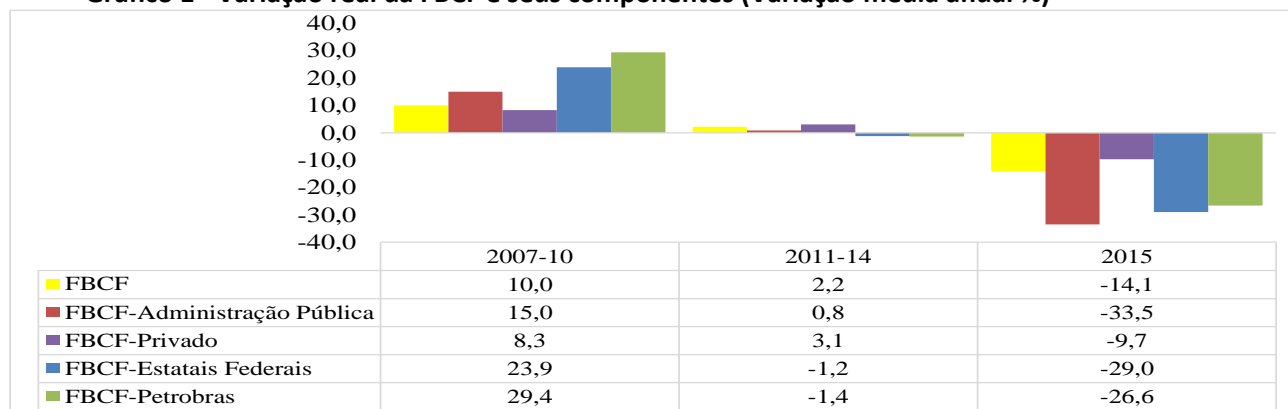
As taxas de crescimento real dos investimentos da Administração Pública durante o primeiro governo Dilma desaceleraram fortemente em relação ao segundo governo Lula (0,8% em média entre 2011-14 contra 15% em média entre 2007-10 para - Gráfico 1). No entanto, não ocorreu um aumento na taxa média de inversões privadas (2,2% entre 2011-14 contra 8,3% entre 2007-10 - Gráfico 1).

---

<sup>4</sup> Nos dois primeiros anos, o governo Dilma realizou reformas no setor elétrico e nas concessões públicas de serviços de transporte. A mudança no parâmetro de rentabilidade – que tentou aproveitar a queda da taxa de juros Selic em agosto de 2011 – provocou uma tensão entre o Estado e o setor privado e dificultou avanços dos investimentos em infraestrutura (SINGER, 2015; LOPREATO, 2014).



**Gráfico 1 - Variação real da FBCF e seus componentes (Variação média anual %)**



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE

O conjunto de medidas não surtiu os efeitos esperados. O investimento privado não reagiu, pois retirou-se os componentes autônomos da demanda (gastos e os investimentos públicos) num contexto de deterioração externa e da desaceleração cíclica do investimento privado (expresso na queda do nível de utilização da indústria de transformação de 83,4% em 2010 para 81,8% em 2012).

Os estímulos governamentais recompuseram parcialmente os lucros das empresas que já vinham em queda, mas não impulsionaram a FBCF. A economia desacelerou. Tal situação, com a manutenção das desonerações, impactou negativamente as finanças públicas, pois provocou a redução das receitas, num contexto em que as despesas financeiras do setor público estavam aumentando com pagamento de juros desde 2013 – de 4,5% do PIB em 2012 (R\$ 213,86 bilhões) para 5,5% do PIB em 2014 (R\$ 341,38 bilhões)<sup>5</sup>. Isso reduziu a capacidade fiscal do governo. Para driblar esse problema, o governo passou a utilizar com maior amplitude a “pedalada fiscal”<sup>6</sup>.

A contrapartida empresarial, aos estímulos/subsídios concedidos pelo governo, foi manter a força de trabalho empregada; garantiu-se assim a estabilidade do nível de emprego, com aumento dos rendimentos médios reais.

<sup>5</sup> O aumento dessa despesa foi fruto da elevação da taxa de juros Selic, a partir de 2013, que foi utilizado como instrumento de combate à inflação pelo Banco Central

<sup>6</sup> A denominação “pedalada fiscal” se refere à prática do Tesouro Nacional de retardar o repasse de recursos aos bancos públicos e privados para pagamento de despesas do governo, tais como benefícios sociais e previdenciários, Bolsa Família, abono salariais e o seguro-desemprego.

Nesse contexto econômico (deterioração externa e desaceleração cíclica), verificou-se redução das taxas de rentabilidade dos segmentos dominantes, com a exceção do setor bancário-financeiro e do setor de alimentos e bebidas. Entre 2007-10 e 2011-14, as taxas de rentabilidade média anual sobre os patrimônios líquidos (%) das 500 maiores empresas (não bancárias), das construtoras (seis maiores do setor), da produção de petróleo e coque (Petrobras) e de empresas de fabricação de aços e derivados (as seis maiores do setor) caíram, respectivamente, de 10,1% para 5,3%, de 15,9% para 10,6%, de 18,4% para 4% e de 21,1% para 1,5%.

**Quadro 1 -Rentabilidade sobre o patrimônio líquido/ROE (%) – 2007 a 2014; média anual**

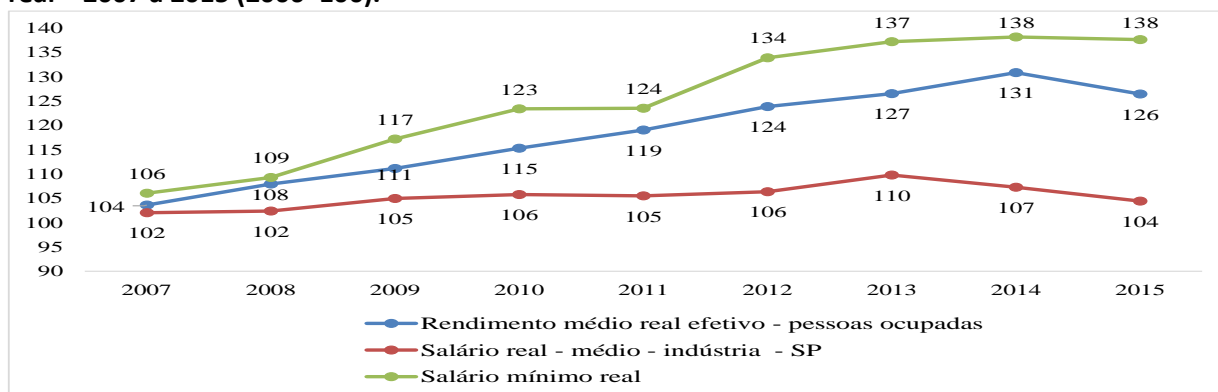
	500 maiores empresas (não bancárias)	Setor bancário-financeiro	6 maiores construtoras	Automóveis e ônibus	6 maiores Alimentos e Bebidas	Petróleo, gás, refino e coque (Petrobrás)	6 maiores siderúrgicas
2007-10	10,1	20,7	15,9	64,4	11,6	18,4	21,1
2011-14	5,3	21,5	10,6	32,0	14,9	4,0	1,5

**Fonte:** Base de dados própria, a partir das informações da *Revista Exame* (Maiores e Melhores)

Com a incorporação de uma enorme massa de “condenados” do sistema– antes renegados à subsistência ou às estruturas econômicas arcaicas – à condição de assalariados/proletarizados, nos termos de Fernandes (1981), ocorreu uma redução do exército industrial de reserva brasileiro (queda das taxas de desemprego desde 2006 até o ano de 2014), aumentando o poder de barganha da classe trabalhadora, o que gerou ganhos salariais.

Entre 2011 e 2014, o rendimento médio real efetivo dos ocupados, o salário real médio da indústria de São Paulo e o salário mínimo real cresceram, respectivamente, em 10%, 2% e 12% (Gráfico 2). Isso ocorreu em virtude (i) do aumento do poder de barganha dos trabalhadores com a queda das taxas de desemprego; (ii) das políticas governamentais de ganhos reais dos salários mínimos; e (iii) das negociações do governo com os segmentos industriais que em troca dos estímulos (subsídios e redução dos impostos) não realizaram demissões.

**Gráfico 2 - Rendimento médio real efetivo, salário real médio (indústria/SP) e salário mínimo real – 2007 a 2015 (2006=100).**



Fonte: Ipeadata

A queda das taxas de rentabilidade, com a elevação dos salários, reascendeu o conflito distributivo entre capital e trabalho, o qual fora amenizado durante o governo Lula, em virtude da conjuntura internacional extremamente favorável (dado o efeito China) que possibilitou um período atípico, marcado por maiores taxas de acumulação (crescimento do PIB e das taxas de rentabilidades) e, ao mesmo tempo, a configuração de um “jogo de ganha-ganha” – materializado pela busca de coalizões de interesses entre as burguesias (industrial, financeira e agrícola) e o movimento sindical e popular.

A crise internacional e a “nova normalidade” da economia mundial colocaram novos elementos para a gestão da acumulação e dos conflitos sociais brasileiros. A reversão dos termos de troca do Brasil foi a expressão fenomênica dessa nova realidade crítica. O “jogo de ganha-ganha” foi se tornando paulatinamente insustentável.

Os erros políticos e macroeconômicos dos governos Dilma não foram os fatores geradores da crise, mas aceleraram a decomposição dessa gestão estatal, orientada pela conciliação de classes tanto na esfera da acumulação de capital, que criou uma instável frente política desenvolvimentista<sup>7</sup> como na capacidade do PT de controlar os movimentos sociais.

Sobre este último ponto, o levante social das jornadas de junho de 2013 criou uma dificuldade a mais na forma petista de governar. Apesar de toda heterogeneidade de

<sup>7</sup> Para uma análise detalhada das características da frente desenvolvimentista ver Pinto et. al (2016) e Boito (2012)

seus manifestantes e suas pautas e dos slogans “sem partidos” e “sem bandeiras vermelhas”, as jornadas de junho foram constituídas majoritariamente por trabalhadores jovens com renda entre um e cinco salários-mínimos, que reivindicavam, principalmente, melhorias no transporte público e redução das tarifas, melhorias na saúde e rejeição do sistema político atual (recusa de todos os partidos da cena política), entre outros motivos (SAMPAIO, 2016; MATTOS, 2016).

O aumento do conflito distributivo e a dificuldade da gestão petista em controlar os conflitos provocaram uma paulatina desconfiança do bloco no poder da forma petista de governar (“jogo de ganha-ganha”), que já tinha aparecido, em menor grau, nas eleições de 2014 e, em maior grau, com o apoio dos segmentos dominantes ao impedimento da presidenta Dilma no final de 2015.

Com isso, frações do bloco no poder começaram, em momentos diferentes, a defender a redução do conflito distributivo por meio da redução dos custos da força de trabalho (reforma trabalhista e da terceirização) e da reforma da previdência, abrindo novos espaços de acumulação via previdência privada e a redução dos gastos públicos<sup>8</sup>.

A campanha eleitoral explicitou a perda de legitimidade da maneira de governar petista junto a parte do bloco no poder e de parte da classe média tradicional – em decorrência da queda de seu poder de consumo e do desconforto oriundo da “ascensão social” dos extratos de baixa renda. Desse modo, a presidenta Dilma adotou em sua campanha um

---

<sup>8</sup> Kalecki (1987, p. 55) já havia apresentado o papel desempenhado pelos gastos governamentais para a manutenção do pleno emprego e a desconfiança dos grandes empresários com essas medidas mesmo que estas os beneficiem enquanto classe em situações de crise ou depressão econômica: “A manutenção do pleno emprego por meio da despesa governamental financiada por empréstimos tem sido amplamente discutida nos anos recentes. Essa discussão, porém, concentra-se nos aspectos puramente econômicos do problema, sem dar a devida atenção às realidades políticas. É falsa a suposição de que um Governo manterá o pleno emprego numa economia capitalista se ele sabe como fazê-lo. Com relação a isso é de crucial importância a desconfiança dos grandes empresários acerca da manutenção do pleno emprego por meio do gasto governamental [...]. Os motivos para a oposição dos ‘líderes industriais’ ao pleno emprego obtido por meio da despesa governamental podem ser agrupados em três categorias: (a) a reprovação à interferência pura e simples do Governo no problema do emprego; (b) a reprovação à direção da despesa governamental (para investimento público e subsídio ao consumo); (c) a reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego”

discurso voltado aos segmentos mais pobres e aos movimentos sindicais e sociais, prometendo a continuidade da elevação da renda do trabalho e da inclusão social.

No entanto, o 2º governo Dilma caminhou numa direção oposta ao prometido na campanha ao adotar políticas econômicas ortodoxas (austeridade), traduzidas em um ajuste fiscal drástico<sup>9</sup>, propostas de mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias e, até mesmo, em propostas como a repatriação do capital brasileiro no exterior enviado ilegalmente pelos segmentos dominantes brasileiros.

O ajuste fiscal não reestabeleceu a legitimidade (“confiança dos mercados”) entre o bloco no poder e o PT. Contrariamente, ainda provocou a fissura entre o governo Dilma e sua base social – os segmentos mais pobres e os movimentos sindicais e sociais – em virtude da queda do emprego e renda dos trabalhadores. Esta opção se revelou uma segunda aposta equivocada, pois o ajuste fiscal transformou, em 2015, o baixo crescimento numa profunda crise econômica.

O principal gatilho da crise, em sua dimensão econômica, foi o ajuste fiscal. As contrações do consumo e do investimento da administração pública, associadas à redução dos investimentos da Petrobras (dotados de elevados efeitos multiplicadores), provocaram uma expressiva redução da demanda agregada o que, por conseguinte, afetou de forma negativa o nível de utilização dos setores produtivos privados (que decresceu 2,9% entre 2014 e 2015). Esses elementos, associados à expressiva queda nas taxas de lucros das empresas não financeiras, engendraram a redução dos planos de investimentos privados, impactando negativamente sobre a renda e o consumo das famílias.

Dessa forma, o processo de realização da acumulação capitalista brasileira entrou em colapso. As mercadorias, após seus “saltos mortais”, acabaram se esborrachando no duro chão da crise (CARCANHOLO, 1996; MARX, 1986) a qual, a depender de determinadas

---

<sup>9</sup> Entre 2014 e 2015, o consumo do governo cresceu 1%, desconsiderando o aumento da despesa, fruto de eventos contábeis atípicos, tais como as “pedaladas” (cerca de R\$ 55 bilhões), a inclusão de despesas intra-orçamentárias, etc. Descontando isso, os gastos das despesas primárias governamentais decresceram em 3,9% nesse período (GOBETTI & ALMEIDA, 2016). Essa queda foi ainda maior para os investimentos da Administração Pública, cerca de 33,5% entre 2014 e 2015 (Gráfico 1) (R\$ - 39 bilhões em valores correntes), sobretudo no governo central (-44,5%) e estadual (-47,8%). Isso evidencia o forte ajuste fiscal realizado em 2015.

condições da acumulação e das estruturas político-institucionais de determinados países (formações sociais específicas), se manifesta de formas diferentes.

A manifestação da crise no plano da acumulação, em 2015, pode ser constatada mediante a forte redução da taxa de lucro de - 4,9% (lucro líquido/Patrimônio líquido) das 500 maiores empresas não financeiras (pior taxa desde 1974, segundo a Revista Exame 2016), e através da aguda redução da massa de lucros das 297 empresas de capital aberto brasileiras em quase todos os setores, com algumas exceções (bancos, alimentos e bebidas, química, seguros, software e dados e máquinas industriais). A massa total dos lucros (lucro líquido) desse conjunto de empresas caiu, impressionantemente, de R\$ 109,88 bilhões, em 2014, para R\$ 14,01 bilhões em 2015 (redução de 87%) (Quadro A.1, em anexo).

O declínio da massa de lucros da economia brasileira é ainda maior se excluirmos os bancos, o que derruba o lucro de R\$ 54,94 bilhões das 272 empresas de capital aberto em 2014, configurando um prejuízo de R\$ 56,52 bilhões em 2015 (queda de 203%). Essa tendência também é observada se retirarmos da análise as empresas Vale, Petrobras e Eletrobrás (Quadro A.1, em anexo).

Em linhas gerais, a expressão da crise de acumulação em 2015 e a queda na remuneração do trabalho e do lucro capitalista, sendo que este último desmorona de forma mais expressiva. Assim, o conflito distributivo continuou aumentando em 2015, mas, agora, mergulhando tanto o trabalho quanto o capital numa espiral de queda livre em seus ganhos (salário real e lucros, respectivamente).

Portanto, não surpreende que a partir desse cenário o bloco no poder e suas frações (inclusive as vinculadas à atividades de comunicação e jornalismo) tenham passado a patrocinar de forma explícita, publicamente, e junto aos seus representantes no Congresso, a tese da inevitabilidade das reformas que, na verdade, visa a realização de um enorme ajuste acerca da remuneração do trabalho e dos gastos do Estado (em especial os sociais) argumentando que tais medidas poderiam destravar a acumulação.

Essa crise de acumulação e realização foi atravessada pela crise política e, sobretudo, institucional a partir dos efeitos da Operação Lava Jato. Vejamos como estas duas dimensões têm retroalimentado a crise e como elas tendem a criar uma forte instabilidade.

### 3 Crise política, Estado e impedimento da presidenta Dilma

Apoiada na alta popularidade alcançada nos primeiros anos do seu governo (que chegou a atingir 79% em março de 2013, conforme mostra pesquisa CNI/Ibope), a Presidenta Dilma agiu de forma voluntarista – sem uma sólida aliança interclasses e/ou uma intensa mobilização política dos trabalhadores – ao tentar enquadrar os aliados fisiológicos da sua base de apoio no Congresso (cena política) e os empresários (o bloco no poder do capitalismo brasileiro), especialmente os bancos (SINGER, 2015). Ao estilo weberiano, ela avaliou que o seu poder estatal seria fruto de uma força própria, distinta do poder de classe, o que possibilitaria a realização de mudanças estruturais.

A ex-presidente foi vítima de sua própria armadilha por acreditar que o Estado teria autonomia plena para comandar o processo de acumulação. Contudo, o Estado não dispõe de um poder plenamente autônomo, pois ele é a expressão das contradições entre o mercado (interesses privados) e o Estado (interesses comunitários/da coletividade) numa sociedade de classes<sup>10</sup>.

É a partir dessa contradição intrínseca que se configura a operacionalização real da acumulação no Brasil – entre o bloco no poder e o Estado – mesmo com todas as tentativas da separação desses dois campos em termos legais (leis, regras, direito privado e público, institucionalidade formal, etc.) e teóricos (um debate que remete a Locke e seus sucessores da teoria política do século XIX).

---

<sup>10</sup> Como bem alertou Marx & Engels (1982, p. 24-25) na ideologia alemã: “E é precisamente por esta contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma forma autônoma como o Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e de todos, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais [...], e especialmente, como mais tarde desenvolveremos, das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho e que se diferenciam em todas as outras. Daqui resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., não são mais do que formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si [...]; e também que todas as classes que aspiram o domínio, mesmo quando o seu domínio, como é o caso com o proletariado, condiciona a superação de toda forma velha da sociedade e da dominação geral, têm primeiro de conquistar o poder político, para por sua vez representarem o seu interesse como o interesse geral, coisa que no primeiro momento são obrigações a fazer.”

Aqui também se adota essa mesma contradição, sob uma perspectiva relacional (nos termos poulantzianos), como ponto de partida para a definição do Estado. Destarte, parte-se da premissa de que esse ente não pode funcionar como criador nem como criatura, mas como a expressão das relações de exploração e dominação da sociedade dividida em classes e frações. Assim, o Estado é: i) um campo e um processo estratégicos onde se entrecruzam núcleos e redes de poder das frações de classe do bloco no poder em suas disputas internas e com outras classes ou frações da sociedade (classe média, trabalhadores, etc); 2) guiado por meio de uma combinação da autonomia relativa e da subordinação de determinados interesses de classe, a depender da conjuntura espacial e temporal. Interesses estes que são direcionados para o “centro de poder” do Estado; e 3) funciona como um elemento intrínseco/endógeno ao processo de acumulação do capital e de dominação de classe por meio do binômio repressão/ideologia (POULANTZAS, 1985; PINTO & BALANCO, 2014).

Com isso, o Estado deve ser analisado levando em conta a possibilidade de separação entre “poder de Estado” e “poder de classe”. Assim, em certas situações históricas específicas, o Estado pode assumir, por um certo período determinado, a capacidade de decisão e de iniciativa relativas diante das frações do bloco no poder, podendo inclusive vir a ser mais influenciado, em certo grau, por segmentos fora do bloco do poder (classe média, trabalhadores, etc.) (POULANTZAS, 1985; COUTINHO, 1985; OLIVEIRA, 2004; PINTO & BALANCO, 2014; CODATO & PERISSINOTTO, 2001).

A maior autonomia estatal para comandar o processo de acumulação depende de certas circunstâncias específicas, tais como, momentos de profunda mobilização popular, contextos autoritários em que ocorrem expressivas fusões entre o privado e o público, situações de sólidas alianças interclasses ou da expressiva redução do poder dos segmentos dominantes, seja em virtude de depressões econômicas ou de estados de guerra.

Nenhuma dessas condições estavam postas durante o governo Dilma. Logo, este foi gradualmente, ao longo do seu primeiro mandato, a despeito de todo o seu voluntarismo, perdendo capacidade organizativa, assim como força para pautar sua agenda no Congresso.



Simultaneamente, a presidente mostrava reduzida disposição para as conversações políticas. Tal conduta abriu espaço para que o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB) ganhasse espaço da Câmara dos Deputados, o que o levou à Presidência da Câmara e, em 2 de dezembro de 2015, a acatar o processo de impedimento.

Para muitos analistas políticos, a dificuldade de Dilma em negociar e atuar na cena do “presidencialismo de coalizão” brasileiro teria sido a principal causa da queda da presidenta. Ao adotarem essa explicação, esses analistas interpretam a realidade de forma fenomenológica (no nível da aparência) e acabam adotando a disputa partidária como o elemento original da crise atual no campo político (disputas entre PSDB e PT, por exemplo).

É fato que o sistema partidário deve ser levado em conta para entender a crise atual; mas, o sistema político representa as práticas políticas/interesses dos setores dominantes/bloco no poder nas suas relações com o Estado. É no âmbito dessas relações (práticas políticas) que são expressas o poder real (nível da essência) e se materializam as relações entre o bloco no poder e o Estado.

Diante do panorama de dificuldades na cena política e do acirramento do conflito distributivo, a Presidenta recuou em boa parte das medidas adotadas no início de seu mandato, com exceção para as desonerações fiscais. A tensão na cena política e no bloco no poder aumentava a cada dia. O surgimento e a expansão da Operação Lava Jato ampliou a pressão.

Apesar disso, o bloco no poder, até agosto de 2015, enxergava o impedimento da presidenta Dilma como um processo que poderia agravar ainda mais a crise de acumulação, sobretudo porque a oposição (PSDB, DEM e parte do PMDB) não chegava a um acordo mínimo<sup>11</sup> (PINTO et. al, 2016).

Por mais incrível que pareça agora, representantes dos segmentos dominantes (Rede Globo, Fiesp, Firjan, segmentos financeiros) passaram naquele momento a emitir sinais

---

<sup>11</sup> A facção aecista do PSDB, juntamente com o DEM e com parte do PMDB, controlada por Eduardo Cunha, passou a defender novas eleições. As facções do PSDB controladas por Serra e Alckmin, juntamente com parte do PMDB, passam a defender o *impeachment*, com Temer assumindo a presidência, e a realização de eleições somente em 2018.

para os seus representantes no Congresso que eram contra o *impeachment*, pelo menos no curto prazo. Ainda acreditavam que o governo da presidenta Dilma realizaria as reformas de seus interesses (PINTO et. al, 2016).

Naquele momento, o bloco no poder do capitalismo brasileiro – caracterizado historicamente pela escravidão, pelo caráter comercial e oligárquico, pelo pacto estrutural entre as oligarquias agrárias e a burguesia industrial na modernização brasileira e pelo enorme poder coercitivo diante dos subalternos – se unificava em torno do juízo de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais (trabalhista, previdenciária e dos gastos públicos).

Nos últimos meses de 2015, o PMDB percebeu que dificilmente o bloco no poder apoiaria o impedimento sem uma alternativa de sucessão (entre os partidos de oposição) e sem propostas concretas de reformas. Nesse sentido, o presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs a *Agenda Brasil* (no final de 2015) fortemente alinhada com o ajuste fiscal e com a ideia de reformas em prol dos empresários. A *Agenda Brasil* desdobrou-se no documento *Uma Ponte para o Futuro*, adotado por toda a cúpula do PMDB, como o programa de governo para desbloquear a acumulação.

Para o PMDB, assim como para os economistas do PSDB, os entraves ao crescimento seriam obra das políticas de ganhos reais do salário, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação) decorrentes da Constituição de 1988. Essa visão, na verdade, é a expressão da estratégia dos segmentos dominantes brasileiros – que defendem seus privilégios e lucros independentemente de qualquer custo social.

Agora, assim como em outros momentos históricos, a classe dominante brasileira “[...] burlou [e burla] de maneira permanente e recorrente as leis vigentes, sacadas a fórceps de outros quadros históricos” (OLIVEIRA, 2012, p. 10); bem como adota uma resistência “[...] ultraintensa à mudança social” e voltam-se de forma “sociopática” para “a preservação pura e simples do *status quo* [defesa de privilégios e do lucro a qualquer custo]” (FERNANDES, 1962, p. 211).

As reformas propostas atualmente (PEC do teto dos gastos, adotada em 13 de dezembro de 2016, Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista) são a expressão da defesa dos privilégios e do lucro a qualquer custo, mesmo que isso implique passar por cima das

regras institucionais (golpe parlamentar) e empurrar novamente parte expressiva da população à condição de enorme massa de condenados (pobres extremos) do sistema.

Com o documento *Uma Ponte para o Futuro* do PMDB, os segmentos dominantes/grandes empresários (nas falas de determinados capitalistas ou por meio de suas associações de classes) passaram a apoiar o impedimento da presidenta Dilma, sobretudo a partir do final do ano de 2015. Isso permitiu que o então vice-presidente, Michel Temer do PMDB, fosse alçado ao cargo de presidente. Em ato falho, o atual presidente, em discurso para investidores no EUA em setembro de 2016, admitiu que o impedimento somente ocorreu na medida em que o governo Dilma não adotou o programa das reformas (VIEIRA, 2016).

Ao mesmo tempo, Michel Temer e a cúpula do PMDB prometeram aos vários partidos, inclusive ao PSDB, deter a Lava Jato por meio do Supremo Tribunal Federal (STF) ou por meio de mudanças constitucionais. A delação premiada de Sergio Machado (ex-presidente da Transpetro), que gravou várias conversas dos caciques do PMDB, não deixa dúvidas sobre esse lado do acordo em troca do apoio ao *impeachment*<sup>12</sup>. Sendo assim, parar a Lava Jato era a outra parte do acordo (com o bloco no poder e os partidos políticos) do PMDB para alcançar a presidência por meio do *impeachment*. Pelo lado do bloco no

---

<sup>12</sup> Essa passagem da delação de Sérgio Machado não deixa dúvidas a respeito da tentativa do PMDB em barrar a Lava Jato, com o apoio do PSDB: “QUE depois disso, o depoente [Sérgio Machado] tornou a BRASILIA nos dias 10 e 11 de março de 2016; QUE nestes dois dias conversou com os SENADORES ROMERO JUCÁ, RENAN CALHEIROS e com o ex-presidente SARNEY, primeiro com cada um e depois com o SENADOR RENAN CALHEIROS e SARNEY juntos; QUE novamente falaram sobre o que se estava pensando acerca da Operação Lava Jato e o que poderia ser feito para limitá-la; [...] QUE a primeira conversa foi com o SENADOR ROMERO JUCÁ, na casa deste, no SMDB, em Brasília/DF; QUE o SENADOR ROMERO JUCÁ confidenciou SOBRE tratativas com o PSDB nesse sentido facilitadas pelo receio de todos os políticos com as implicações da OPERAÇÃO Lava Jato; QUE essas tratativas não se limitavam ao PSDB, pois quase todos os políticos estavam tratando disso, como ficou claro para o depoente; QUE o SENADOR ROMERO JUCÁ sinalizou que a solução política poderia ser ou no sentido de estancar a Operação Lava Jato, impedindo que ela avançasse sobre outros políticos, ou na forma de uma constituinte; QUE JUCÁ aventou que essa constituinte poderia acontecer em 2018 e nela se poderiam rever os poderes do Ministério Público com o viés de reduzi-los; QUE o Senador RENAN CALHEIROS sugeriu que isso passaria por: (i) impossibilitar que réus presos façam delação premiada; (ii) acabar com o início do cumprimento das penas após a decisão de 2ª instância e (iii) clarificar a Lei de Leniência, de modo que uma empresa pudesse fazer acordo sem confessar crime; QUE após essas conversas ficou claro para o depoente que havia muitos políticos de diversos partidos procurando construir um amplo acordo que limitasse a ação da Operação Lava Jato [...]” (Processo penal..., 2016, p. 82)

poder (grandes empresários), interromper a Lava Jato significaria restabelecer as relações entre o bloco no poder e o Estado de forma mais tradicional e estável.

A presidenta acabou condenada mediante a acusação de cometimento de crimes associados às “pedaladas fiscais” e a decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional. Em vista disso, o presidente interino Michel Temer tornou-se efetivo. Independentemente de todo o debate jurídico em torno do tema e, conseqüentemente, acerca da legitimidade do impedimento ou da suposição da efetivação de mais um golpe parlamentar<sup>13</sup>, o que estava, na verdade, sendo votado era uma “possível alternativa” para destravar a crise de acumulação do capitalismo brasileiro, por meio do ajuste perverso sobre os trabalhadores e as populações mais pobres, e para barrar a Lava Jato.

---

<sup>13</sup> Para uma boa discussão sobre o tema ver Abreu (2016)

## **4 Lava jato e a desestruturação temporária da relação entre o bloco no poder e o Estado: atores, weberianos messiânicos, interesses externos e acumulação**

O impedimento deixou de ser um *spectro* rondando o governo Dilma para se tornar uma realidade quando o bloco no poder abraçou essa empreitada de forma clara. Naquele contexto, a Operação Lava Jato – organizada pela “República de Curitiba”, comandada pelo Juiz Moro, e pela Procuradoria Geral da República (PGR), sob comando de Rodrigo Janot – acelerou suas atividades: com a delação do ex-senador Delcídio Amaral; com prisões e condenações, em 1ª e 2ª instâncias, de grandes empresários do ramo de construção civil; com prisões e conduções coercitivas de políticos, principalmente do PT, inclusive do ex-presidente Lula; e, finalmente, com a publicização ampla de uma ligação telefônica (grampo) entre Lula e Dilma, dentre outras medidas. Essas ações impulsionaram o impedimento da presidenta Dilma.

O apoio e a atuação direta do bloco no poder, da grande mídia, de boa parte dos políticos e da burocracia em prol do impedimento de Dilma, associado à aceleração da Lava Jato, criaram a falsa impressão de que existia uma coordenação direta e ampla entre os segmentos dominantes (segmentos financeiros e industriais e grande imprensa), os políticos, parte da burocracia, e a Lava Jato.

É evidente que, por conveniências próprias, essas forças sociais se uniram pela remoção do PT e de Dilma, mas cada uma delas mirando demandas específicas buscando reforçar seus poderes particulares, a saber:

- i) O bloco no poder procura implementar as reformas para destravar a acumulação, enquadrando o trabalho e os mais pobres, e restabelecer a relação entre o bloco no poder e o Estado com a suposta desaceleração da Lava Jato prometida pelo PMDB;
- ii) A grande mídia tem por finalidade defender as reformas e, principalmente, aumentar seu poder econômico e político, diante das outras forças sociais do bloco no poder e do Estado, por meio do vazamento das informações da Operação Lava Jato;

iii) Os políticos, especialmente os do PSDB, visam eliminar, ou reduzir, o PT da cena política e, sobretudo, interromper a Lava Jato através do governo Temer.

iv) A Lava Jato ambiciona aumentar seu poder e legitimidade – por meio dos vazamentos para diversos órgãos da grande imprensa e da consequente deslegitimação do sistema político – junto à opinião pública em busca da continuação de sua empreitada messiânica contra a corrupção<sup>14</sup>.

O próprio juiz Moro, em artigo acadêmico de 2004 a respeito da Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália, explicita a necessidade do apoio da opinião pública e da deslegitimação do sistema político para o avanço desse tipo de operação – seu escrito de 2004 tem sido a estratégia atual da operação Lava Jato. Em suas palavras:

A deslegitimação do sistema [político] foi ainda agravada com o início das prisões e a divulgação de casos de corrupção. A deslegitimação, ao mesmo tempo em que tornava possível a ação judicial, era por ela alimentada: A deslegitimação da classe política propiciou um ímpeto às investigações de corrupção e os resultados desta fortaleceram o processo de deslegitimação. [...] O processo de deslegitimação foi essencial para a própria continuidade da operação *mani pulite*. Não faltaram tentativas do poder político para interrompê-la. [...] Na verdade, é ingenuidade pensar que processos criminais eficazes contra figuras poderosas, como autoridades governamentais ou empresários, possam ser conduzidos normalmente, sem reações. Um Judiciário independente, tanto de pressões externas como internas, é condição necessária para suportar ações judiciais da espécie. Entretanto, a opinião pública, como

---

<sup>14</sup> Cabe observar que há indícios de viés político dessa operação no que diz respeito às diferentes formas de atuação sobre os partidos políticos. Tal situação ocorre em decorrência da posição pessoal e de classes de muitos desses agentes públicos. Reportagem do Estado (em 13 novembro 2014) mostrou, por exemplo, que durante a campanha eleitoral presidencial de 2014, alguns importantes delegados federais da Operação Lava Jato, usaram suas redes sociais, por um lado, para exaltar o candidato Aécio do PSDB; e, por outro, para atacar o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff (ambos do PT) que disputava a reeleição (DUAILIBI, 2014). Esse evento, bem como outros (condução coercitiva de Lula, famosa e desastrosa apresentação do *power point* do procurador Deltan Dallagnol contra Lula, etc.) evidenciam essa seletividade. No entanto, a unidade entre os agentes que compõem a Lava Jato vai além da disputa partidária entre PSDB e PT e está assentada na ideia difusa de que o combate a corrupção salvará o país.

ilustra o exemplo italiano, é também essencial para o êxito da ação judicial [...] (MORO, 2014, pg. 57)

A publicidade [...] garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. Há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado. Cabe aqui, porém, o cuidado na desvelação de fatos relativos à investigação, e não a proibição abstrata de divulgação, pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios. As prisões, confissões e a publicidade conferida às informações obtidas geraram um círculo virtuoso, consistindo na única explicação possível para a magnitude dos resultados obtidos pela operação *mani pulite*. (MORO, 2014, pg.59).

Menos de um mês após Temer assumir a presidência interina, em 07 de junho de 2016, o jornal O Globo e a TV Globo divulgaram, por meio de vazamentos, que Rodrigo Janot (Procurador-geral da República) havia pedido ao STF a prisão de parte expressiva da cúpula do PMDB – Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá e o ex-presidente da República José Sarney. Esses três últimos acusados de tentar obstruir a Operação Lava Jato com base nas gravações realizadas por Sérgio Machado, que havia realizado acordo de delação premiada.

O governo Temer viveu a sua primeira crise política que, inclusive, implicou a saída do Senador Romero Jucá do cargo de ministro do Planejamento. A Lava Jato continuava com sua estratégia: vazamento/publicidade → instabilidade → deslegitimação política → legitimidade da operação junto à opinião pública e, sob pressão, às instâncias superiores do judiciário, em especial o STF<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> A deslegitimação tem como função essencial pressionar as instâncias superiores do judiciário de forma a sancionar as decisões das esferas primárias onde estão os procuradores e o juízes da Operação Lava Jato.

A partir dessa crise ficava claro que não havia uma coordenação entre os segmentos dominantes, grande imprensa, os políticos, parte da burocracia, judiciário e a Lava Jato<sup>16</sup>. O governo Temer sofreu sua primeira crise e perdeu legitimidade, ao passo que a negativa do STF (ou de parte dele) aos pedidos de prisões de Renan Calheiros, Romero Jucá e José Sarney constituiu-se em um dos primeiros movimentos de contenção do ímpeto da Lava Jato.

Esse evento e os que se seguiram até fevereiro de 2017 (momento que escrevemos este texto), especialmente após a delação da Odebrecht e seus primeiros vazamentos, explicitam essa deficiência de coordenação e o aumento da guerra fratricida em curso de todos contra todos, na qual os atores/classes e frações são movidas por interesses imediatos e dispersos.

Os interesses imediatos do bloco do poder (poder de classe) estão desvinculados temporariamente do centro de poder do Estado brasileiro (poder de Estado) que hoje se encontra na Lava Jato (*locus* institucional) e que representa interesses e identidades próprias da classe média alta brasileira. Com isso, a dinâmica política e econômica atual é fortemente influenciada, por um lado, pelo avanço dessa operação sobre os políticos e os empresários de diversos ramos, e, por outro, pelas reações do sistema político, empresarial e de parte do STF na tentativa de conter o poder da Lava Jato.

Esse “jogo” de ataques e contra ataques é retroalimentado pelos vazamentos seletivos que os agentes da Lava Jato divulgam com o propósito de obstaculizar os que tentam refreá-los. Vejamos alguns exemplos disso e seus efeitos sobre a dinâmica política, institucional e econômica do país.

Em agosto de 2016, a revista *Veja* vazou parte da delação de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, que citava Lula, o caixa dois da campanha de Dilma Rousseff, o senador Aécio Neves do PSDB e o ministro das Relações Exteriores José Serra, também do PSDB,

---

<sup>16</sup> Boito (2016, p. 33) explicita essa descoordenação atual ao afirmar que: “O *dream team* da economia, chefiado por Meireles, que é quem representa os interesses imperialistas e burgueses, está tendo o seu trabalho perturbado [implementação das reformas pró capital] pelas ações – para muitos, inesperadas – da Lava Jato e da Procuradoria-Geral da República. Foi apresentado o pedido de prisão de senadores e deputados que têm papel de destaque no governo interino e estão sob ameaça de dezenas de congressistas aos quais cabe, justamente, aprovar os planos do ministro interino da economia”.



muitos outros políticos e também o ministro do STF Dias Toffoli. A citação e o vazamento do nome de um ministro do STF causaram enorme celeuma.

Houve expressiva reação dos ministros do STF, em especial do ministro Gilmar Mendes, que defendeu investigação contra os agentes da Operação Lava Jato, afirmando que “é preciso colocar freios” na atuação dos procuradores, e chegando a ameaçar (com uma linguagem simbólica) os procuradores ao dizer que “o cemitério está cheio desses heróis” (MACEDO & AFFONSO, p. 1). Com a pressão do STF – órgão jurídico que pode parar ou reduzir o ímpeto da Lava Jato –, a PGR suspendeu as negociações do acordo de delação premiada de Léo Pinheiro (CARVALHO, 2016, MACEDO & AFFONSON, 2016).

Esse recuo de Janot foi interpretado por muitos como um enquadramento da Lava Jato pelo STF. No entanto, os eventos posteriores evidenciaram que se tratava de recuo estratégico, pois os procuradores sabem que atravessaram o Rubicão<sup>17</sup>. Por conseguinte, se retrocederem, correm o risco de serem “abatidos” – como literalmente afirmou o ministro do STF Gilmar Mendes –, pois enfrentam parte dos setores dominantes e de seus representantes (parte do bloco no poder, os políticos e parte do STF).

Considerando que inicialmente os interesses da Lava Jato convergiam para os desses segmentos dominantes (impulsão do impedimento da presidenta Dilma), agora a Lava Jato dificulta em muitos momentos as reformas em virtude da instabilidade política criada pelos vazamentos. Ademais, também desfruta do poder de encarcerar boa parte dos políticos e empresários do capitalismo brasileiro – os quais sempre utilizaram o expediente do caixa dois no financiamento de campanhas<sup>18</sup>.

Os eventos mais recentes (na primeira quinzena de dezembro de 2016) evidenciam a aceleração dessas disputas e a repercussão de seus efeitos aprofundando a descoordenação, e a completa deslegitimação do sistema político e de muitas instituições. Em uma tentativa de contra-ataque, a Câmara de Deputados aprovou texto modificando

---

<sup>17</sup> Júlio Cesar, com suas tropas, ao atravessar o Rio Rubicão violou a lei tornando inevitável a guerra

<sup>18</sup> Segundo Lima & Dias (2016, p.1), em reportagem da *Folha de S.Paulo*, diversos grupos empresariais (dos ramos bancário, mineiro, telefonia, de aviação e portos) estão preocupados com o atual cenário de terra arrasada e têm realizado “uma série de conversas com parlamentares para pressionar o Congresso a aprovar medidas capazes de limitar possíveis danos provocados pelo avanço da Lava Jato”. Esses “pesos pesados do PIB abraçaram nos bastidores projetos como a anistia ao caixa dois e o novo marco para acordos de leniência”.

expressivamente o projeto das Dez Medidas Contra a Corrupção, apresentado pelo Ministério Público Federal, e, ainda, acrescentou emenda que prevê sanção penal para procuradores, promotores e juízes em casos de abuso de autoridade. A cúpula da Lava Jato reagiu de forma pública e contundente ao ameaçar uma renúncia coletiva caso a emenda que prevê sanção penal fosse aprovada.

Ainda como reação à Lava Jato, o Senado debateu a lei de abuso de autoridade e colocou de um lado Renan Calheiros e Gilmar Mendes e do outro o juiz Sérgio Moro. Após esses debates e as modificações do projeto Dez Medidas Contra a Corrupção, os procuradores, articulados à grande mídia, convocaram a população para se manifestar contra as modificações das 10 medidas e contra Renan Calheiros, presidente do Senado. No dia seguinte às manifestações, o ministro do STF Marco Aurélio concedeu liminar (decisão provisória) para afastar Renan Calheiros em virtude do seu indiciamento pelo Supremo e por estar na linha sucessória da Presidência da República. Tal liminar foi uma retaliação ao pedido de vista do ministro Dias Toffoli do STF, que paralisou o julgamento de admissibilidade de abertura do processo contra Renan (NASSIF, 2016a e 2016b).

A mesa do Senado se insurgiu contra a liminar do STF, mantendo Renan como presidente, e realizando uma manifestação no plenário do Supremo, configurando um ato de clara desobediência civil. A partir de uma articulação entre o presidente Temer e Renan com o STF – que argumentaram que a saída do senador dificultaria a aprovação da PEC do teto dos gastos e causaria uma crise institucional que dificultaria a recuperação da economia –, o plenário daquela corte decidiu manter Renan como presidente do Senado, mas o retirou da linha sucessória.

Face a decisão tão bizarra, eivada de casuísmo, poder-se-ia afirmar que o STF preferiu rasgar a constituição, dessa maneira adotando um “jeitinho” para sustentar o presidente do Senado como parte da estratégia para a aprovação da PEC 55. Parecia que Renan, Gilmar e Temer conseguiriam barrar finalmente a Lava Jato. Mas, não seria dessa vez que os weberianos messiânicos ficariam isolados e nem seriam abatidos. Outros Brumários estão ainda por vir.

A Lava Jato reagiu rapidamente contra Renan, Temer, Rodrigo Maia (Presidente da Câmara dos Deputados) e toda a cúpula do PMDB promovendo mais um de seus vazamentos seletivos: desta vez liberou um dos mais de 70 anexos da delação da

Odebrecht, afetando diretamente esses agentes políticos que tentavam reduzir seus poderes.

Cabe enfatizar que a gênese desse processo descoordenado e semelhante a uma guerra fratricida antecede o governo interino de Temer. Na verdade, decorre do consórcio de poder que se formou entre, por um lado, a PGR/República do Paraná e, por outro, os grandes meios de comunicação, num cenário de crise de acumulação e de ruptura das relações entre o bloco no poder e o Estado. Com base em princípios supostamente éticos, empreende-se a completa criminalização dessa relação, que ocupa um lugar central dentro da “normalidade” da reprodução do capital, supondo-se que seria necessária e possível uma completa separação entre interesses privados e públicos.

Os integrantes da operação Lava Jato – juízes, procuradores e delegados federais de alta classe média – estão imbuídos de uma missão weberiana-messiânica, qual seja, expurgar/cortar as árvores contaminadas pela corrupção para que novas flores e árvores possam nascer puras e livres do pecado original. Uma nova terra prometida estaria por vir com seus esforços de combate a corrupção. Refundar o capitalismo brasileiro patrimonialista seria a missão.

Rodrigo Janot, Procurador-geral da República, em discurso em meados de 2016, explicita sua missão redentora ao comparar a refundação do capitalismo brasileiro, promovida pela Lava Jato, com o fim da escravidão:

Sinto intuitivamente que, da mesma forma que o Brasil, há mais de cem anos, descartou a escravidão e o sistema que simbolizava a resistência ao seu fim, hoje também a sociedade brasileira está pronta e sedenta por uma outra virada histórica: o fim da impunidade e o duro combate à corrupção no trato da coisa pública (JANOT, 2016, pg. 6).

Há 130 anos rompemos os grilhões das senzalas [...]. O país evoluiu desde então. Chegou a hora, senhores e senhoras, de quebrarmos também os grilhões do patrimonialismo, de nos libertarmos de um modo de ser que não nos pertence, daquele malfadado jeitinho associado à corrupção da lei que não traduz nossa verdadeira natureza. É hora de nos desvencilharmos da cultura de espoliação e do egoísmo. O país fartou-se desse modelo político. Basta. Aos que não desejam o progresso, fica a lição desse tempo memorável: somos um

país de homens e mulheres livres, onde a lei deve valer na mesma medida para todos. Não desejamos mais um arremedo de aristocracia degenerada (JANOT, 2016, pg. 10).

Tais juízes, procuradores e delegados federais são funcionários públicos regidos por normas do direito administrativo e pelas exigências do sistema burocrático de viés weberiano, mas também são influenciados pela ideologia, interesses e identidades próprias da classe média alta (BOITO, 2016).

Para que possamos compreender essas identidades e interesses de classes é preciso apresentar o perfil desses agentes. Em termos de remuneração, eles ganham entre 30 e 37 salários mínimos – inclusive alguns acima do teto constitucional –, sendo majoritariamente formados por bacharéis em direito (procuradores, juízes e delegados federais). O perfil dos procuradores e promotores do Ministério Público Federal (MPF) é marcado pela elitização de seus membros, que se voltaram cada vez mais ao combate à criminalidade, relegando a um segundo plano a defesa de amplos direitos da população vinculados à justiça social – esta também uma das funções constitucionais do MPF (LEMGRUBER et. al., 2016).

Claro que essa tarefa dura e difícil (combate à corrupção e refundação do capitalismo brasileiro) precisa ser recompensada no reino da terra “tupiniquim” por meio de maiores salários, maiores benefícios e de maior poder para que seus próceres possam estar acima do “bem e do mal”. Ou seja, a elite moral e intelectual, isenta dos interesses particularistas, enviada para salvar o país, é a mais pura expressão do idealismo no sentido da moral kantiana do “dever ser” e da “guerra justa” (KANT, 1989), articulado com o messianismo do “salvador da pátria” muito característico da formação histórica da classe média brasileira – o Movimento Tenentista brasileiro, da década de 1920, foi um exemplo desse messianismo.

Fornazi (2016) afirma que a operação Lava Jato foi erguida pelo MPF como uma rebelião de procuradoristas, que possui similitudes e diferenças com o movimento dos tenentes no início do século passado que, como se sabe, buscava combater a corrupção e atacar as

políticas do café com leite da República Velha. Esses dois movimentos apresentam uma forte identidade de classes média, inclusive indo além de sua identificação burocrática<sup>19</sup>.

Todavia, o Movimento Tenentista, diferentemente do projeto procuradorista, apresentava um projeto claro para a nação, no qual o fortalecimento do Estado e do desenvolvimento capitalista ocupam lugar de destaque. Os ecos desse movimento se refletiram na Revolução de 1930 (BOITO, 2016; FORNAZI, 2016). O procuradorismo, porém, é um movimento que não aponta um projeto político claro para o país, a despeito de se comportar como um partido de classe média. O fim da corrupção é um fim em si mesmo, que levaria a salvação do país.

Nesse contexto, a atuação dos weberianos-messiânicos, que impulsionou o impedimento da Presidenta Dilma, dificulta ou cria empecilhos (de forma não planejada, como o caso da ação do STF contra o Presidente do Senado no momento de votação da PEC 55), pelo menos temporariamente, ao avanço das reformas pró-capital. Isso ocorre na medida em que essa atuação amplia a instabilidade da cena política e reforça a desestruturação da relação entre o público e o privado.

Nesse sentido, a Operação Lava Jato – o atual centro de poder do estado brasileiro – encontra-se desvinculada diretamente dos interesses imediatos do bloco do poder em sua busca pela recuperação da acumulação de capital vias reformas neoliberais. Do lado externo ao Estado, essa operação é reforçada por meio do consórcio montado com os grandes meios de comunicação instrumentalizados pelos vazamentos ilegais, mas legitimados por estes últimos junto à opinião pública.

Estes vazamentos seletivos garantem, por um lado, mais poder e apoio popular à Lava Jato em sua busca pela continuidade da operação; e, por outro, reforçam o poder dos grandes meios de comunicação brasileiros, que passaram a dispor de um poder ainda

---

<sup>19</sup> No caso dos tenentes, eles feriram as hierarquias militares indo contra seus superiores. No caso dos procuradores, utiliza-se os vazamentos seletivos – prática ilegal e criminal, mas legitimada pela conexão da mídia com a opinião pública – e práticas legais no mínimo questionáveis (como a divulgação do grampo de ligação entre Lula e Dilma, à época ainda presidenta da República) para impor seu poder diante de hierarquias burocráticas superiores quer seja no âmbito do judiciário (STF), quer seja sobre os outros poderes (Executivo e Legislativo) (FORNAZI, 2016; BOITO, 2016). Nesse sentido, “a Lava Jato funciona como uma espécie de partido da classe média”, assim como o movimento tenentista, num contexto de completa deslegitimidade do sistema político (BOITO, 2016, p. 32).

maior, para além do papel de porta-voz dos interesses dos segmentos dominantes, constituindo-se – dada a sua capacidade atual de exercer força econômica e política (capacidade de elevar sua participação na distribuição das verbas públicas, de mudar ou conter mudanças regulatórias no setor, etc) – em uma fração de classe importante desse bloco no poder.

Uma notória contradição desse processo se manifesta mediante a atuação da grande imprensa (que acredita estar no controle desse processo) ao funcionar como uma correia de transmissão da PGR/República do Paraná. Se, por um lado, a grande imprensa se articula com os segmentos dominantes (que estão unificados) no que diz respeito a defesa das reformas pró-capital, por outro, a divulgação dos vazamentos das delações cria instabilidade que acaba por dificultar a introdução dessas mesmas reformas.

A questão que está posta é que o consórcio entre a PGR/República do Paraná e os grandes meios de comunicação tem atuado como um partido de classe média, sem um projeto para o país, que dificulta qualquer possibilidade de criar estabilidade. Pelo contrário, à medida que avança, ele retroalimenta a instabilidade, inclusive de forma premeditada, e trava ainda mais a acumulação em virtude da manutenção da ruptura da relação entre o bloco no poder e o Estado.

Isso introduz insegurança jurídica em um grau expressivo. Entretanto, a ordem capitalista precisa de segurança para exercer os direitos de propriedade, de contratos e para colocar em prática os meios de negociação regulares entre os agentes privados e o Estado. Criminalizar qualquer tipo de relação entre o privado e o público é estrangular a ordem capitalista nos seus espaços nacionais. Os investimentos não têm como avançar, sobretudo os de infraestrutura que requerem uma significativa relação jurídica estável entre empresas e Estado. Isso trava a acumulação e ameaça os interesses nacionais<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Como bem afirmou Bicalho (2016, p. 2), são os interesses nacionais “[...] definidos no âmbito dos Estados Nacionais, que estabelecem de fato o controle sobre as relações público/privada no capitalismo”. Mesmo aberta a possibilidade “[...] de criminalizar essa relação, os limites desse processo devem ser sempre analisados com cuidado, na medida em que o avanço nesse processo de criminalização pode colocar em risco a segurança do Estado Nacional. Servindo muitas vezes a interesses externos que ameaçam a soberania e a autodeterminação dos países [...]”

Os condutores da Operação Lava Jato (movimento procuradorista/weberianos messiânicos) não percebem isso, pois eles estão enraizados em uma visão liberal difusa e idealista, sem levar em conta a dimensão nacional. Podemos exemplificar este idealismo com um evento raramente observado em nossa história, a saber, a iniciativa de uma instituição nacional (MPF brasileiro) em ajudar autoridades dos Estados Unidos a aplicar uma multa milionária contra a empresa brasileira Embraer – que foi acusada de pagamento de suborno para autoridades da República Dominicana durante negociações para venda de aviões. Cabe ainda observar que a Lava Jato, em nome do combate a corrupção, tem causado danos enormes à Petrobras (e toda a cadeia do petróleo no Brasil) e às empresas líderes da construção civil nacional (Odebrecht, OAS, Camargo Correa, etc.).

Não seria demasiado lembrar que a Embraer, a Petrobras e a Odebrecht atuam no mercado internacional competindo com empresas norte-americanas e europeias. Será que realmente os procuradores brasileiros acham que no mundo da concorrência corporativa existe igualdade? Será que algum procurador norte-americano repassaria informações de suas empresas nacionais para procuradores de outros países como o Brasil? Quando as empresas se internacionalizam os estados nacionais funcionam como ponta de lança nesses processos, defendendo os interesses de suas empresas transnacionais em espaços estrangeiros.

Essa criminalização da operacionalidade da acumulação capitalista brasileira (relação entre o privado e o público), por parte da Operação Lava Jato, tem funcionado como um mecanismo de destruição/desestruturação de instituições (legais, políticas, burocráticas, morais, etc.) e de empresas e de suas cadeias produtivas (especialmente nos setores da construção civil e do petróleo e gás), gerando uma autodestruição das bases produtivas, econômicas e sociais necessárias a qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Logo, com esse grau de instabilidade e autodestruição, “a única racionalidade de um processo insano como esse só pode ser encontrada nos interesses externos e naqueles que internamente os representam” (BICALHO, 2016, p. 2).

A existente colaboração (formal e/ou informal) entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a força tarefa da Lava Jato nos lança luz a respeito da conexão entre os interesses externos e internos. Para muitos analistas internacionais (BANDEIRA, 2016; METRI, 2016; ROCHA, 2016), as primeiras informações sobre a corrupção na Petrobras

e suas conexões com as empresas líderes da construção civil nacional, obtidas pelo juiz Sérgio Morro, teriam sido, provavelmente, repassadas pela Agência Nacional de Segurança (NSA) – que monitorou/espionou de forma sistemática as comunicações da Petrobrás, interessados na exploração em águas profundas da camada pré-sal – via Departamento de Justiça americano. Este último também teria repassado informações secretas (fruto de espionagem) para a Lava Jato sobre a corrupção do Programa Nuclear Brasileiro.

Isso não significa dizer que há um cérebro da Lava Jato fora do país, mas sim que ocorreu convergências de interesses entre agentes externos e internos (os weberianos messiânicos). Os órgãos de inteligência americanos, ao passarem as informações da Petrobrás, inocularam uma bactéria perigosa no organismo institucional brasileiro<sup>21</sup>, mas que, provavelmente, poderia ter sido contida por anticorpos institucionais básicos em sua fase inicial.

No entanto, a bactéria foi se nutrindo em virtude dos alimentos fornecidos (autonomia plena, republicanismo tupiniquim, heróis nacionais, *impeachment*, salvadores da pátria, etc.) por diversas forças sociais nacionais (frações de classe, políticos, burocracia estatal, classes médias, etc.), dados seus interesses específicos – num contexto de crise economia e política –, que achavam que, cada uma delas individualmente, poderiam conter a contaminação ou direcioná-la para destruir seus competidores, adversários e desafetos. Com isso, a bactéria ganhou uma força inimaginável e segue deixando um rastro de degradação institucional em sua busca por criar uma nova colônia pura e livre.

No que diz respeito aos interesses internos (integrantes da força tarefa), a colaboração com órgãos governamentais americanos permitiu acessar informações sobre os mecanismos de corrupção intrínsecas do capitalismo patrimonialista brasileiro, criando, para eles – em seus delírios liberais difusos e messiânicos –, as condições para “passar a limpo” o país, sendo necessário para isso um período de expurgação – o combate a

---

<sup>21</sup> A estratégia de instabilidade institucional tem sido uma prática adotada pelos Estados Unidos em diversos espaços nacionais após o fim da Guerra Fria. Para uma análise detalhada disso ver Escobar (2014) e Bandeira (2016).



corrupção mais do que compensaria a deslegitimação política e institucional e a desestruturação de empresas e cadeias produtivas importantes.

Essa desestruturação das bases produtivas e institucionais brasileiras interessa sim aos agentes externos, especialmente os norte-americanos, pois isso (i) possibilita a abertura da exploração do pré-sal para as empresas estrangeiras; (ii) retarda/paralisa o projeto nuclear brasileiro; (iii) desestabiliza o engajamento do Brasil aos arranjos configurados pelos BRICS; e (iv) desestabiliza a presença das empresas de construção civil nacional na América Latina e África, abrindo mercados para novos entrantes (BANDEIRA, 2016; METRI, 2016; ROCHA, 2016).

No tabuleiro do sistema internacional, os Estados nacionais mais poderosos, quase sempre, patrocinam/auxiliam o ataque capitalista de sua determinada estrutura contra outra de menor envergadura em variados espaços estrangeiros. Nesse sentido, os agentes governamentais norte-americanos, que colaboram com a Lava Jato, tem como objetivo maior (em essência) a defesa dos interesses do país (do seu Estado e de suas empresas), sendo que a defesa abstrata/idealizada contra a corrupção é apenas a aparência desse processo de colaboração.

O rastro de degradação produtiva e institucional em curso, vinculado à criminalização completa da maneira como funciona o capitalismo brasileiro, ganha ainda mais força – tornando-se um verdadeiro rastilho de pólvora – com o consenso da insensatez que se formou entre o bloco no poder, o sistema político e o governo atual em torno do ajuste recessivo e das reformas neoliberais como o caminho para a recuperação do crescimento.

Um claro caminho de irracionalidade, dado que até mesmo o FMI, em documentos recentes, admitiu a necessidade de realização de política anticíclicas em momento de recessão. Não há nenhum “motor do crescimento” funcionando hoje no Brasil.

As incertezas geradas pela vitória não esperada do Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e da tendência de alta das taxas de juros norte americanas (que dificulta a redução da taxa SELIC no Brasil, mesmo com a queda recente da inflação) podem aprofundar a crise, ainda mais num contexto nacional de elevação do endividamento das famílias e do desemprego. Esse cenário impede uma saída pelo componente do consumo das famílias, ao passo que o atual endividamento das empresas e a redução do nível de utilização das firmas emperram o motor do investimento privado. Os componentes

autônomos da demanda (gastos e os investimentos públicos), que poderiam ser a centelha para reativar a economia, estão paralisados pelo consenso da insensatez.

O resultado disso é uma queda expressiva de 4% no PIB no acumulado dos três primeiros semestres de 2016 no cotejo com igual período do ano anterior, sendo esta a maior queda nesse tipo de comparação desde o início da série em 1996. Provavelmente, o PIB deverá cair de 4% em 2016 e, com certeza, teremos uma nova queda em 2017, ou uma estagnação. Uma recessão sem precedentes históricos entre 2015 e 2017.

A crise institucional (na forma de acumular e lucrar no Brasil) e política retroalimenta a crise de acumulação que é aprofundada ainda mais pelo consenso da insensatez e pela “fada da confiança”. Essa fada não trará o crescimento, mas sim uma profunda estagnação econômica e uma desarticulação social com consequências imprevisíveis. Tal situação amplia a descoordenação e a guerra fratricida.

Vivemos uma luta de todos contra todos, em que pedaços da Constituição são rasgados a cada dia ao sabor dos vários eventos, a saber: 1) com o golpe parlamentar; 2) o impedimento de Dilma sem a perda de seus direitos políticos; 3) com o desejo de um juiz de primeira instância de Brasília em testar o seu poder (todos passam a querer ser novos Moros – efeito demonstração), solicitando a prisão da polícia do Senado, função que caberia apenas ao STF – numa clara quebra de hierarquia, aliás, defendida pela atual presidenta do STF; 4) o Senado realiza uma clara desobediência civil ao desacatar uma decisão do STF, mesmo que de forma liminar, referente à destituição do seu presidente, o senador Renan Calheiros; 5) o pleno do Supremo rasga a Constituição e cria um “jeitinho” para manter o presidente do Senado retirando-o da linha sucessória.

A aceleração da crise de legitimidade da ordem democrática capitalista brasileira, em curso, associada às crises da economia, do sistema político e das instituições, aumenta a probabilidade de saídas autoritárias. Pode parecer alarmismo, mas é assustador quando um General de exército, Rômulo Bini Pereira, ex chefe do Estado-Maior do Ministério da Defesa, sai da caserna para afirmar que: “[...] se o clamor popular alcançar relevância, as Forças Armadas poderão ser chamadas a intervir, inclusive em defesa do Estado e das instituições [...]” (PEREIRA, 2016, p. 2).

A instabilidade política e institucional causada pelos efeitos da Lava Jato, associada ao consenso da insensatez econômica, estão nos levando para trajetórias imprevisíveis.

## 5 Conclusões

Procuramos, ao longo deste trabalho, analisar a atual crise do capitalismo brasileiro, em curso desde 2015, destacando a articulação simultânea entre problemas na acumulação, na cena política e na relação entre o bloco no poder e o Estado.

A crise institucional e política, impulsionada pela Operação Lava Jato, retroalimenta a crise de acumulação que é aprofundada pelo consenso da insensatez no plano econômico dos segmentos dominantes. Tal postura acelera e aumenta a instabilidade.

Há muitos Brumários ainda por vir. Todos chantageiam todos com as informações da “caixa de pandora” aberta pela Lava Jato – que luta para manter a caixa aberta para seguir em sua missão messiânica – retransmitidas e amplificadas pela grande imprensa em busca por poder econômico e político.

A criação da instabilidade e a total criminalização da forma brasileira de acumular (relação entre o bloco no poder e o Estado) não necessariamente significará refundar o capitalismo brasileiro como quer o consórcio PRG/República do Paraná e a grande mídia. Os efeitos colaterais da manutenção da “caixa de pandora”, aberta por tanto tempo, são imprevisíveis. Por enquanto, provavelmente, apenas os interesses externos saíram beneficiados nesse atual processo insano.

Para que o bloco no poder possa voltar a ter o mesmo grau de acumulação histórico no Brasil, a ordem capitalista deverá ser reestabelecida, mesmo que numa suposta roupagem nova. A população e os segmentos dominantes, provavelmente, seguem à espera de uma nova ou velha liderança ou uma instituição (uma espécie de Bonaparte sobrinho tupiniquim) para reestabelecer essa ordem, que pode surgir na eleição presidencial de 2018 ou brotar pela via autoritária. O futuro do país, no entanto, é extremamente incerto.

## Referências

- ABREU, M. Réquiem de um Estado democrático. **Revista Escuta (Especial da conjuntura)**, 2016. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/08/31/escuta-especial-conjuntura-requiem-de-um-estado-democratico/#more-2154>
- BANDEIRA, M. **A Desordem Mundial: O Espectro da Total Dominação**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2016.
- BANDEIRA, M. Moro e Janot atuam com os Estados Unidos contra o Brasil. **Jornal do Brasil**, 03/12/2016. Disponível em: <http://m.jb.com.br/pais/noticias/2016/12/03/moniz-bandeira-moro-e-janot-atuam-com-os-estados-unidos-contra-o-brasil/>
- BICALHO, R. A energia do Brasil: Mas que Brasil? **Blog Infopetro**, 28/11/2016. Disponível em: <https://infopetro.wordpress.com/2016/11/28/a-energia-do-brasil-mas-que-brasil/>.
- BOITO JR., A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. *In*: BOITO JR., A; GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.
- BOITO JR., A. Lava-Jato, classe média e burocracia de Estado. **Revista Princípios**, n. 142, p. 29-34, julho de 2016.
- CARCANHOLO, M. D. **Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista**. Programa de Pós-graduação em Economia, UFF Dissertação de Mestrado, Niterói, 1996.
- CARVALHO, J. Janot suspende delação de Léo Pinheiro e outros executivos da OAS. **OGlobo**, 22/08/2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/janot-suspende-delacao-de-leo-pinheiro-outros-executivos-da-oas-19969147>.
- CODATO, A. N. & PERISSINOTTO, R. M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, n.º 13, Editora Revan, 2001.
- CODATO, A. N. **Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- COUTINHO, C. **A dualidade de poderes**. São Paulo: editora Brasiliense, 1985.

DUAILIBI, J. Delegados da Lava Jato exaltam Aécio e atacam PT na rede. O Estado de S. Paulo, 13 novembro 2014. Disponível em:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,delegados-da-lava-jato-exaltam-aecio-e-atacam-pt-na-rede,1591953>

ESCOBAR, P. **Império do Caos**. Editora Renavan, 2016.

FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

FORAZIERI, A. Lava-Jato, classe média e burocracia de Estado. **Jornal GGN**, 04/07/2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-lava-jato-e-a-rebeliao-do-procuradorismo-por-aldo-fornazieri>.

GOBETTI, S. & ALMEIDA, V. Uma Radiografia do Gasto Público Federal entre 2001 e 2015. **Texto de Discussão do IPEA (TD nº 2191)**. Brasília: IPEA, 2016

JANOT, R. **Discurso do Procurador-Geral da República. Seminário sobre Grandes Casos Criminais: experiência italiana e perspectivas no Brasil**, 27/06/2016.

Disponível em:

[http://www2.cnmp.mp.br/portal/images/VERS%C3%83O\\_FINAL\\_Grandes\\_casos\\_criminais1.pdf](http://www2.cnmp.mp.br/portal/images/VERS%C3%83O_FINAL_Grandes_casos_criminais1.pdf).

KALECKI, M. Os aspectos políticos do pleno emprego. In: **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 54-60.

KANT, I. **À Paz Perpétua**. L&Editores S/ª São Paulo, 1989.

LEMGRUBER, J. & RIBEIRO, L. & MUSUMECI, L. & DUARTE, T. **Ministério Público: Guardião da democracia brasileira?** Rio de Janeiro: CESeC, 2016.

Disponível em: [http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/12/CESEC\\_MinisterioPublico\\_Web.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/12/CESEC_MinisterioPublico_Web.pdf).

LIMA, D. & DIAS, M. Assustado com Lava Jato, PIB cobra ação do Congresso. **Folha de São Paulo**, 06/11/2016. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1829732-assustado-com-lava-jato-pib-cobra-acao-do-congresso.shtml>.

LOPREATO, F. L. C. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. In: CALIXTRE, A.B.; BIANCARELLI, A.M.; CINTRA, M.A.M. (Org.). **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014, v. 1, p. 227-260.

MACEDO, F. & AFFONSON, J. 'O cemitério está cheio desses heróis', diz Gilmar Mendes sobre procuradores da Lava Jato. **O Estado de S. Paulo**, 23, agosto de 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-cemiterio-esta-cheio-desses-herois-diz-gilmar-mendes-sobre-procuradores-da-lava-jato/>.

MARX, K & ENGELS, F. Feuerbach: Oposição das concepções materialistas idealista (Capítulo Primeiro de A Ideologia Alemã). In: MARX, K & ENGELS, F. **Obras escolhidas em três tomos (Tomo I)**. Edições Avante: Lisboa/ Edições Progresso/Moscou, 1982.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo (Col. Marx-Engels), 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1986.

MATTOS, M. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F. & HOEVELER, R. (Org.). **A onda conservadora. Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 93-106.

METRI, M. Sob a Névoa da Conjuntura. **Jornal GGN**, 22/03/2016. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/noticia/sob-a-nevoa-da-conjuntura-por-mauricio-metri>

MORO, S. Considerações sobre a operação *mani pulite*. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004

NASSIF, L. Xadrez da teoria do caos. **Jornal do GGN**, 07/12/2016a. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/noticia/xadrez-da-teoria-do-caos>

NASSIF, L. Xadrez das 10 Questões para entender o Supremo. **Jornal do GGN**, 08/12/2016b. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/noticia/xadrez-das-10-questoes-para-entender-o-supremo>.

OLIVEIRA, C. Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. **Revista Piauí**, edição 73, outubro de 2016.

OLIVEIRA, N. **Neocorporativismo e políticas públicas**. São Paulo: Edições Loyola/CEAS, 2004.

PINTO, E. & BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 39-60, mar. 2014.

PINTO, E. & PINTO, J. & BARUCO, G. & SALUDJIAN, A. & BALANCO, P. & SCHONERWALD, C. & NOGUEIRA, I. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. In: **XXI Encontro Nacional de Economia Política**, 2016.

PINTO, E. **Bloco no poder e governo Lula**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PROCESSO PENAL (Nº 12015 - PGR/GTLJ, vol. 1) (Delação Premida do Sérgio Machado), 2016. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2016/06/15/PET-6138-Delacao-SergioMachado-VOLUME001.pdf>.

ROCHA, B. Os ataques sofridos em escala internacional pelas empresas líderes da engenharia brasileira: uma análise por esquerda. **Estratégia & Análise**, 2016.

Disponível em: <http://estrategiaeanalise.com.br//os-ataques-sofridos-em-escala-internacional-pelas-empresas-l%C3%ADderes-da-engenharia-brasileira:-uma-an%C3%A1lise-por-esquerda--,1d5ccb06f88e5bb605fad70921a24a84+01.html>

SAMPAIO JR., P. **Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda**. In: IELA/UFSC, 2016. Disponível em

<http://www.iela.ufsc.br/noticia/um-desfecho-melancolico-notas-sobre-o-momento-historico-e-os-desafios-da-esquerda>.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, nº 102, jul. 2015.

VIEIRA, I. Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou ‘ponte para o futuro’. **The Intercept Brasil**, 22 de setembro de 2016. Disponível em:

<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>.



## ANEXO

### Quadro A.1 - Lucros de empresas de capital aberto brasileiras 2014 e 2015

Quantidade de empresas	Setor	Lucro Líquidos R\$ bilhões			
		2014	2015	Variação	
				Valor	%
25	Bancos	54,94	70,52	15,58	28
14	Alimentos e bebidas	16,36	20,24	3,89	24
10	Química	2,08	4,05	1,97	95
4	Seguradora	4,92	5,99	1,07	22
5	Software e dados	3,56	3,79	0,22	6
5	Máquinas Industriais	0,89	1,01	0,13	15
3	Agropecuária e Pesca	-0,21	-0,16	0,05	-25
3	Minerais não metálicos	0,20	0,09	-0,11	-55
17	Têxtil	1,45	1,29	-0,17	-11
6	Educação	1,85	1,50	-0,35	-19
4	Eletroeletrônicos	1,01	0,32	-0,69	-69
5	Água, esgoto e outros sistemas	1,74	0,91	-0,83	-48
12	Veículos e peças	0,96	-0,31	-1,27	-133
6	Telecomunicações	1,62	0,03	-1,59	-98
9	Locadora de imóveis	1,65	-0,35	-2,00	-121
5	Papel e Celulose	0,71	-1,92	-2,63	-368
17	Construção	0,90	-1,76	-2,66	-295
17	Comércio	3,29	0,46	-2,83	-86
54	Outros	3,74	0,78	-2,97	-79
13	Transporte e serviços	1,00	-3,57	-4,57	-456
18	Siderurgia e Metalurgia	0,99	-6,50	-7,49	-756
34	Energia Elétrica	9,31	-2,58	-11,88	-128
7	Petróleo e Gás	-1,70	-34,64	-32,94	1935
4	Mineração	-1,39	-45,19	-43,80	3151
<b>297</b>	<b>Total Geral</b>	<b>109,88</b>	<b>14,01</b>	<b>-95,87</b>	<b>-87</b>
25	Bancos	54,94	70,52	15,58	28
<b>272</b>	<b>Total geral sem bancos</b>	<b>54,94</b>	<b>-56,52</b>	<b>-111,45</b>	<b>-203</b>
Vale	Mineração	0,95	-44,21	1,97	-4733
Petrobras	Petróleo e Gás	-21,59	-34,84	-32,94	1935
Eletrobras	Energia Elétrica	-3,03	-14,44	0,22	376
3	Total Geral Vale, Petro e Eletrobras	-23,66	-23,82	3,27	1
<b>269</b>	<b>Total Geral sem Vale, Petro, Eletrobras e bancos</b>	<b>78,60</b>	<b>-32,70</b>	<b>-114,72</b>	<b>-142</b>

Fonte: Economática. Disponível em <https://economatica.com/>